

RELIGIOSIDADE NO SERTÃO BRASILEIRO: uma análise sobre a guerra de Canudos.

Leandro Alves de Souza¹

Resumo:

Este trabalho objetiva analisar o processo de ocupação do então arraial do Bello Monte, posteriormente, Canudos, por Antônio Conselheiro e seus seguidores, assim como verificar quais foram as causas prováveis que fizeram eclodir os conflitos e as lutas armadas no sertão brasileiro. Buscar-se-á perceber, identificar e explicitar como ocorreu a guerra de Canudos. A partir desta proposta, pretende-se discorrer sobre as ações do governo federal e estadual, por meio das quatro expedições realizadas durante o conflito, travado em meio às lutas pela terra. Ademais, este artigo tem por objetivo destacar quais foram os principais personagens envolvidos, suas ações, contribuições e funções desempenhadas na contextualização do conflito de Canudos.

Palavras-chave: Canudos; Antônio Conselheiro; Conflitos; Religião; Expedição.

Antes de iniciar a análise referente ao processo de ocupação da região de Canudos, no século XIX, chamado inicialmente de Arraial do Bello Monte, pelos seguidores de Antônio Conselheiro, assim como apontar as causas e consequências da guerra, é fundamental que seja feito um breve relato sobre a trajetória do homem que, indubitavelmente, foi o responsável pelos acontecimentos que marcaram a história do nordeste brasileiro no início da primeira república do Brasil, a saber, o período concernente aos anos de 1889 e 1930.

Antônio Conselheiro, nascido no ano de 1830, na província de Quixeramobim, estado do Ceará, recebeu de seus pais, Vicente Maciel e Maria Joaquina, a Maria Chana, o nome de Antônio Vicente Mendes Maciel. De infância miserável e sofrida, conviveu com as crises de alcoolismo que acometiam seu pai, bem como, com as hostilidades impostas pela madrasta após a morte de sua mãe. Neste momento, tendo em vista a genialidade e severidade da esposa, junto ao filho, Vicente Maciel esforçou-se para convencer o filho a seguir uma carreira sacerdotal, porém, estes esforços foram em vão. Nas palavras de Coin, pode-se constatar:

¹ Mestre em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e Bacharel e Licenciado em História pelo Centro Universitário Newton Paiva. E-mail: leandrohist@hotmail.com

Tendo se casado com uma mulher que maltratava o jovem, quis encaminhá-lo para a carreira sacerdotal. Entretanto, Antônio, muito tímido, mas determinado, preferiu as hostilidades da madrasta ao sacerdócio.²

Resistindo, portanto, Antônio já atingindo a maioridade, resolve, após a morte do pai, assumir as responsabilidades destinadas aos chefes de família da época, dentre elas prosseguir com os negócios do falecido Vicente e providenciar o casamento de suas três irmãs e, de fato, cuidou para que tudo fosse feito. Em sua obra, Moniz corrobora:

Vicente Mendes Maciel morreu a 5 de abril de 1855, deixando três filhas solteiras em companhia de Antônio Vicente que ficou, naturalmente, como chefe da família. (...) Saldou todos os compromissos e, depois do casamento das três irmãs, escolheu a mulher que deveria ser a sua esposa.³

Assim sendo, por volta dos trinta anos de idade, casou-se com Brasilina de Lima, mudando, a partir de então, na visão de muitos estudiosos, seus hábitos e comportamentos rotineiros. Contudo, a traição amorosa da esposa com um furriel⁴ da polícia local, foi determinante para que Antônio iniciasse a peregrinação que marcaria toda sua vida.

Sobre este fato, Coin relata:

Alguns estudiosos da vida de Antônio Conselheiro consideram a traição da esposa como a causa imediata de sua transformação. (...) Depois desse acontecimento, Antônio Maciel abandonou o vilarejo de Ipu e desapareceu da região. Quando (...) se teve notícia, já não era a mesma pessoa. Havia deixado para trás seu passado de homem comum, para seguir o destino de uma missão.⁵

Partindo e adentrando, então, pelo sertão brasileiro, Antônio Maciel começa a se aproximar cada vez mais da realidade nordestina sob os mais variados aspectos, tais como: a miséria camponesa, as relações de explorações por parte dos senhores de terra, as desigualdades sociais e econômicas dentre outras. Tais observações foram, de certo modo, a essência de suas

² COIN, Cristina. *A Guerra de Canudos*. São Paulo: Editora Scipione, 1992, p. 19-20.

³ MONIZ, Edmundo. *Canudos: a Luta pela Terra*. São Paulo: Global Editora, 1988, p. 23.

⁴ Antigo posto entre cabo e sargento.

⁵ COIN, Cristina. Op. Cit., p. 20.

pregações e sermões em busca de um ideal igualitário. A vida andante de Antônio Maciel fez com que o mesmo se casasse, novamente, com Joana Imaginária, uma mulher, assim como ele, religiosa, mas que se recusou a segui-lo nordeste afora, preferindo educar o filho, fruto do enlace, e viver na comodidade da cidade de Santa Quitéria onde os dois haviam se conhecido. Neste momento, iniciar-se-ia a construção de um sertão igualitário, ou seja, na visão do Conselheiro aproximava-se a construção do Bello Monte.

Euclides da Cunha, na obra que o consagrou, relata a forma como Antônio Maciel, dito Antônio Conselheiro, surge no cenário em questão:

E surgia na Bahia o anacoreta, cabelos crescidos até aos ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordado ao clássico bastão, em que se apóia o passo tardo dos peregrinos.⁶

Daí então, procurar-se-á entender como se deu o processo de ocupação do Bello Monte, por Antônio Conselheiro e os conselheiristas⁷, desde seu início, até as razões, motivos e estratégias que os levaram a tal ocupação. Após percorrer por diversas regiões do território nordestino, Antônio Conselheiro já era reconhecido por muitos e diversificados nomes e, segundo descrição de Martins, estes eram: “Antônio dos Mares, Santo Antônio Aparecido, Santo Conselheiro, Bom Jesus Conselheiro, Senhor do Bonfim, Bom Jesus”.⁸

Tendo em vista as distintas definições, é certo que a peregrinação já havia alcançado muitas regiões e conquistado muitos adeptos, sendo assim, por cada povoado que passava, arrebanhava multidões sendo estas, compostas, em sua maioria, por sertanejos que, de certo modo, viviam à margem da sociedade dominante. Coin, os exemplifica: “Eram pequenos proprietários expulsos de suas terras, vaqueiros, alforriados, escravos foragidos, enfim, vítimas do total abandono das classes dirigentes”.⁹

⁶ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1979, p. 109.

⁷ Expressão utilizada para designar os seguidores e adeptos de Antônio Conselheiro.

⁸ MARTINS, Paulo Emílio Matos. *A Reinvenção do Sertão: a estratégia organizacional de Canudos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 17.

⁹ COIN, Cristina. Op. Cit., p. 21.

A adesão intensa de simpatizantes ao movimento do Conselheiro, pelas massas populares de sertanejos, fez despertar a atenção, também, das autoridades locais fossem elas padres ou grandes proprietários de terra, cada um, ao seu modo, com preocupações específicas. Os primeiros temiam a perda de influência religiosa sobre o povo e os segundos temiam o agravamento da evasão da mão de obra em suas fazendas.

Porém, em meio ao avanço e aumento da influência de Antônio Conselheiro, eis que se proclama a República no Brasil, fato visto com maus olhos pelo beato que acreditava que o fim do Império, representava a chegada ao poder de homens cujo poder, a exemplo do Império, não havia sido legitimado por Deus e, conseqüentemente, representavam uma ameaça para a Igreja Católica. Euclides da Cunha certa vez relatou que na visão de Antônio Conselheiro a República seria uma “heresia suprema indicadora do triunfo efêmero do Anticristo”¹⁰. Como se estivesse prevendo, a instauração da República foi de fato motivo de preocupação para o Conselheiro, pois, daí vieram as perseguições que ocasionaram os primeiros conflitos e fomentaram a procura de um território mais seguro, principalmente, após o conflito de Massaté¹¹. Era, portanto, imediato encerrar as peregrinações sem, contudo, extinguir os sermões. O caminho encontrado foi a fundação da Terra Prometida, o arraial do Bello Monte, mais tarde Canudos.

Parte, portanto, Antônio Conselheiro e seus adeptos rumo à região norte do estado da Bahia encontrando abandonado, envolta a íngremes montanhas, uma fazenda tendo em seu interior, simplórias residências feitas de pau-a-pique, bem como um templo em ruínas. Seu projeto de refugiar-se e proteger seu povo das perseguições, até então, havia se concretizado, na narrativa de Euclides da Cunha, “era o lugar sagrado, cingido de montanhas, onde não penetraria a ação do governo maldito”.¹²

¹⁰ CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p. 138.

¹¹ O conflito de Massaté deu-se, após a resistência de Antônio de Conselheiro e seus adeptos, diante da cobrança de impostos pela República. O embata armado vitimou soldados e conselheiristas, porém, os primeiros foram derrotados.

¹² CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p. 122.

O arraial do Bello Monte rapidamente se desenvolveu, atraindo o interesse de inúmeras pessoas que julgavam a região como sendo sagrada e, daí então, uma população diversificada instalara-se no local. Conseqüentemente, ocasionou um crescimento exacerbado do arraial.

Como descreve Coin:

Famílias inteiras vendiam o pouco que possuíam e partiam para a cidade, julgando-a sagrada ou, pelo menos, diferente das outras. Muitos foragidos, perseguidos das autoridades policiais e políticas ou ex-cangaceiros, também viam na nova cidade a possibilidade de viver melhor.¹³

A organização do Bello Monte deu-se sob as rígidas e conservadoras determinações de seu principal fundador, Antônio Conselheiro. Cabia a ele decidir quem poderia, ou não, viver no local e, para isso, submeteu todos ao cumprimento de leis severas tendo, como castigo, punições a quem não as cumprisse. As imposições do Conselheiro são descritas por Moniz:

Não havia lugar para tabernas ou prostíbulos. O álcool era rigidamente proibido. Certa vez, alguns tropeiros, vindos de Juazeiro, trouxeram vários barris de bebidas que foram logo abertos a machado e a aguardente entornada pelo solo.¹⁴

Todos os moradores de Canudos exerciam funções distintas sem, contudo, esquivarem-se das obrigações e dos deveres, estes, intrinsecamente relacionados à religião e ao trabalho. Homens e mulheres mutuamente se ajudavam dividindo suas obrigações e, distribuindo entre si, os bens adquiridos. Criavam rebanhos de ovelhas, gado e aves. Cultivavam produtos agrícolas, grãos e frutas, nas regiões de plantio, próximas à cidade garantindo, assim, o sustento coletivo. A religiosidade, seguida a risca por todos, marcava-se pelas orações ao cair da tarde e pelos sermões do beato Conselheiro. Os relatos de Euclides da Cunha durante sua expedição corroboram:

Ao cair da tarde, a voz do sino apelidava os fiéis para a oração. Cessavam os trabalhos. O povo adensava-se sob a *latada* coberta de folhagens. Derramava-se pela praça. Ajoelhava-se. Difundia-se nos ares o coro da primeira reza.¹⁵

¹³ COIN, Cristina. Op. Cit., p. 27.

¹⁴ MONIZ, Edmundo. Op. Cit., p. 45.

¹⁵ CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p. 134.

“Fundava-se a vida de um povoado que escreveu uma tão rica quanto sangrenta página da história dos movimentos sociais no Brasil”¹⁶ e, ironicamente, devido à religiosidade dos habitantes de Canudos, a construção de uma nova igreja, em substituição à antiga, serviu de estopim, na visão de muitos, para a eclosão dos conflitos que marcaram a guerra de Canudos.

Motivados e envolvidos com a construção do templo sem, evidentemente, interromper, a mando do Conselheiro, as atividades rotineiras, os trabalhadores engajados na tarefa, aguardavam da cidade de Juazeiro, estado da Bahia, uma nova remessa de madeira, que seria utilizada na obra em questão. A entrega do material, já previamente pago, estava atrasada e, conseqüentemente, isto implicou no atraso da construção da nova igreja, desta forma, o líder Conselheiro mandou avisar que, se o motivo do atraso estava relacionado à falta de mão de obra para trazê-la, ele enviaria seu pessoal em serviço para buscá-la.

Porém, eis o mal-entendido: as autoridades locais de Juazeiro interpretaram o recado dado por Antônio Conselheiro, como sendo uma ameaça e, as recordações do conflito de Massaté bem como a difusão de que em Canudos todos andavam extremamente armados, deixaram temerosos as autoridades locais de Juazeiro, assim sendo, o juiz de Direito da cidade, recorreu ao governador do Estado que mobilizou uma repressão policial enviando centenas de soldados à Canudos dando início à guerra de Canudos.

É evidentemente que as causas reais da guerra, não foram tão torpes, tanto que Euclides da Cunha, ciente deste ardiloso pretexto, ironiza: “não se pode imaginar móveis mais insignificantes para sucessos tão graves”.¹⁷ É sabido, portanto, que causas políticas determinaram o início da guerra, visto que na Bahia havia dois grupos de apoio aos coronéis José Gonçalves e Luís Viana. Muitas foram as acusações por parte do grupo de Gonçalves que acusou o coronel Viana de apoiar Antônio Conselheiro, com o intuito de angariar votos uma vez que os

¹⁶ MARTINS, Paulo Emílio Matos. Op. Cit., p. 36.

¹⁷ CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p. 154.

conselheiristas votariam naquele que fosse indicado pelo seu líder. Sendo assim, temendo o apoio de Antônio Conselheiro ao coronel Viana, os aliados de Gonçalves resolveram, então, extirpar o arraial de Canudos. Aliado a este fato, contra Antônio Conselheiro, pesavam as acusações feitas por ela contra a monarquia, não tardando para que o governo republicano vinculasse Canudos a um “foco de restauração monarquista”.¹⁸

Desencadeou-se, então, a guerra de Canudos, por longos dez meses. Muito embora o Exército brasileiro não estivesse preparado para tal missão, as autoridades policiais do estado da Bahia partiram em missão rumo ao sertão nordestino, sem contar com fatores geográficos e de logística que dificultariam suas ações, bem como a distância entre os centros urbanos e os grotões nordestinos. Porém, o principal fator ainda estava por vir: a resistência dos jagunços liderados por Antônio Conselheiro. Discorrendo sobre o assunto, Coin apresenta de modo objetivo como as dificuldades encontradas pelos militares, foram de fato aliadas dos habitantes de Canudos:

As tropas governistas, que não conheciam a região e muito menos seus adversários, esbarraram a todo momento em dificuldades, quase todas decorrentes desse desconhecimento da natureza local. (...) Os sertanejos levaram vantagem, pois tinham uma relação íntima com a terra, conheciam seus segredos, sabiam como ninguém locomover-se na caatinga e suportar as adversidades do clima árido.¹⁹

As ações do governo federal resumiram-se em quatro expedições militares contra Canudos. A 1ª expedição decorrente do improvável episódio da falta de madeira partiu em 1896, liderada pelo tenente da armada Pires Ferreira. Com uma semana de exaustiva e massacrante caminhada, alojou-se a noite, num povoado vizinho a Canudos, com o intuito de atacar o arraial na manhã seguinte porém, um episódio inusitado estava prestes a acontecer. Na calada da madrugada, a tropa de soldados foi surpreendida por seguidores de Antônio Conselheiro que em procissão, munidos de armas rústicas como foices, facões e lanças,

¹⁸ COIN, Cristina. Op. Cit., p. 32.

¹⁹ COIN, Cristina. Op. Cit., p. 32-33.

entoavam cânticos santos, dando início ao combate que levou à morte inúmeros soldados, bem como de conselheiristas, porém, espantados com o ataque surpresa, por ordem do tenente Pires Ferreira, os soldados retornaram a Juazeiro.

Na obra de Galvão temos no chamado *Manifesto de Antônio Conselheiro*, onde segundo fontes incertas o beato teria dito:

Vai os republicanu e mandaru pr'a cima de nós um bandão de genti comandada por um tá oficiá que se espaiava sê danadu pra cortá cabeça de jagunço. Com a graça de Deus nossa gente bateu esse bandão de povo cuberto de rôpa incarnada, mas assim mesmo morreu em penca dus nossu, que inda não pureru reçucitá, pru farta du tempo perciso nas leis de Deus que são tres méis.²⁰

Após o fracasso da 1ª expedição, coube ao Major Frebônio de Brito comandar a segunda expedição naquele mesmo ano de 189. Esta deveria ser rápida e, concomitantemente, fatal, porém, desentendimentos envolvendo tanto civis como militares comprometeram sua organização. A 2ª expedição composta por cerca de seiscentos homens possuía tanto militares do exército quanto da polícia baiana. Tais personagens viveram um duplo comando, uma vez que não houve um prévio planejamento ora, recebiam ordens das autoridades estaduais, ora das federias. Em meio às indecisões e comandos imprecisos dos militares, os seguidores de Antônio Conselheiro não tardaram a articular meios que pudessem comprometer os ataques das tropas inimigas: “Trataram de destruir, ao redor de Canudos, os lugares que poderiam servir de abrigo à expedição, ampliando o deserto que cercava o arraial, para que ficasse ainda mais protegido”.²¹

A expedição após a crise política entre o poder estadual e federal partiu, então, já no início de 1897, rumo à sua missão, certa de que obteriam êxito, contudo, novamente os problemas de logística e geográficos acometeram as tropas, pois, com o esgotamento da alimentação os soldados enfrentaram, também, problemas de transportes visto que os tropeiros encarregados de levar as cargas mais pesadas fugiram sem maiores explicações. Sendo assim,

²⁰ GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da Hora: A guerra de Canudos nos Jornais*. São Paulo: Editora Ática, 1994, p. 44.

²¹ COIN, Cristina. Op. Cit., p. 39.

cansados e esgotados, ao adentrarem o território, novamente foram surpreendidos por astutos jagunços que adotando táticas específicas, apesar do número de mortos, fizeram com que o Exército, ciente de suas limitações, neste momento, recuasse.

Novamente, na obra de Galvão, há os possíveis dizeres de Antônio Conselheiro acerca do recuo da 2ª expedição militar:

(...) Deus me deu de sarvá as arma dos fié desviado da verdadeira religião de Jesus e fazendo o pussivi promode enchê de benefiçu esta terra armadiçoada, mas os repubricanu intendeu que o Brazi é só dos eregi e mandaru pr'aqui o tá Febronu, que mostrô tê juízo indo simbora mais us sordadu qui vinha cueli.²²

Incrédulos com a segunda derrota que acometia as tropas federais e estaduais e trocando acusações mútuas, os dois poderes articularam, novamente, uma nova expedição, devendo esta ser “infalível com um comando excepcional”²³ desta forma, convocaram às pressas o temido general Moreira César. Temido por adotar métodos cruéis e altamente violentos em suas operações. Era inadmissível ocorrer nova derrota pois, esta desmoralizaria o Exército, era necessário eliminar as dificuldades impostas pela geografia do local, sendo assim, como o intuito de facilitar a locomoção das tropas rumo ao arraial, o general mandou que se destruíssem todos os obstáculos e, conforme a obra de Galvão:

(...) queimaram as cercas dos pastos com grande prejuízo para os proprietários dos mesmos pastos, e os quais são todos acordes em dizer que as forças do pranteado Coronel Moreira César tudo respeitaram.

Porém, subestimaram, novamente, as habilidades dos jagunços do Conselheiro. Ao passo em que as forças militares tramavam planos e estratégias de ataque, Canudos, ao seu modo, também preparava o contra-ataque.

Eis que partem para o combate rumo ao arraial. Determinados a destruir completamente o território os militares invadiram Canudos, disparando tiros, incendiando casebres e,

²² GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. Cit., p. 43-44.

²³ COIN, Cristina. Op. Cit., p. 43.

concomitantemente, recepcionados pela ofensiva dos fiéis do Conselheiro. Assim como nas batalhas anteriores a falta de comando dos militares corroborou com a derrota visto que o grave ferimento de Moreira César, que posteriormente o faria sucumbir, deixou a tropa abatida, desanimada, e dispersa. Não havia outro caminho a não ser a retirada do território inimigo, o que de fato aconteceu, bem como novos ataques por parte dos jagunços. Consolidara-se, então, nova vitória dos jagunços sobre os militares.

Em meio às repercussões de um novo fracasso das tropas militares, muitas foram as justificativas dadas aos acontecimentos sem, contudo, deixar de buscar razões que ocasionaram a derrota de tão imponente ação:

Um intenso agitar de conjecturas para explicar o inconceptível do acontecimento e induzir uma razão de ser qualquer para aquele esmagamento de uma força numerosa, bem aparelhada e tendo chefe de tal quilate (...)²⁴

Chegaram a afirmar que Antônio Conselheiro e seus homens estavam recebendo ajudas de grupos monarquistas com o intuito de derrubar a República, embora alguns militares não acreditassem nesta hipótese, a opinião pública rapidamente difundiu a notícia, tanto que em três de setembro de 1897, o jornal sensacionalista *O País* endossa esta possibilidade:

A Revolução monarquista, na realidade, teria começado no Rio Grande do Sul, empunhando a bandeira republicana (...) Mas Canudos é uma continuação dela (...) Afirmam que Canudos é um foco organizado no norte pelos inimigos da República.²⁵

Sendo assim, nesta mobilização em torno desta questão nacional, organizou-se a 4ª e última expedição contra Canudos, caberia ao respeitável e competente General Artur Oscar, liderar a batalha de desagravo ao Exército. Ao ser convocado Artur Oscar prontamente se dirigiu ao estado da Bahia, tendo ao seu lado os generais Silva Barbosa e Savaget, estes, foram convocados para que se formasse duas colunas dividindo assim as tropas, para que o ataque ao

²⁴ CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p. 245.

²⁵ GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. Cit., p. 55.

sertão não fosse unilateral mas, por caminhos e direções distintas. A 1ª coluna seria comandada pelos generais Silva Barbosa e Artur Oscar e a 2ª coluna pelo general Savaget.

Assim como os militares, o grupo de Antônio Conselheiro, também, havia se articulado e arquitetado estratégias diferentes para atacar as duas colunas. Em meio ao atraso na partida da 1ª coluna, a 2ª chegou primeiramente ao sertão, sendo recebida pelos jagunços, em meio aos tumultuados tiroteios. Em relação ao segundo grupo, os ataques foram articulados com o objetivo de conduzir os inimigos para locais estratégicos conhecidos pelo bando. A tática de Conselheiro em manter seus fiéis escondidos e atacando de surpresa, fomentaram o imaginário dos militares acerca dos mistérios envolvendo a jagunçada, Coin, certa vez, escreveu: “Histórias fantásticas germinaram: jagunços invisíveis, jagunços que se jogavam no fogo sem se queimar, jagunços que, num piscar de olhos, multiplicavam-se.”²⁶

Contudo, é certo que apesar de terem encurralado a 1ª coluna, e dizimado muitos militares, os jagunços não conseguiram aniquilar por completo as tropas inimigas, principalmente, pelo fato da 2ª coluna ter auxiliado a 1ª o que evidentemente fez com que se intensificasse o combate. Reforços militares foram enviados à Canudos e, evidentemente, favoreceu a ação dos militares que viram na derrubada das torres da nova Igreja o início do sucesso da expedição e subsequente, o esgotamento nítido dos sertanejos, já neste momento sofrendo os impactos da morte do homem que os liderara desde o início, Antônio Conselheiro. A rendição do povo, porém, era inevitável do mesmo modo que a destruição completa da cidade, por fogo e dinamite, assim coma matança dos vencidos, naquele outubro de 1897: “caiu o arraial a 5. No dia 6 acabaram de o destruir desmanchando-lhe as casas, 5.200, cuidadosamente contadas”.²⁷

Enfim, a partir da análise acerca do processo de ocupação do arraial do Bello Monte, por Antônio Conselheiro e os conselheiristas, foi possível verificar quais foram os motivos apontados pela historiografia e que ocasionaram os conflitos e as lutas armadas no sertão do

²⁶ COIN, Cristina. Op. Cit., p. 47.

²⁷ CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p. 407.

nordeste brasileiro. Ademais, foi possível compreender, de certo modo, como as ações dos governos federal e estadual, interferiram nas sangrentas lutas armadas, com o objetivo de conquistar a terra e, conseqüentemente, dar fim a um movimento social caracterizado como messiânico, revolucionário, antirrepublicano e fanático, por parte da sociedade. Ao discorrer sobre alguns pontos da guerra de Canudos também foi possível identificar os principais personagens envolvidos, relatar suas ações e funções ao longo do sangrento conflito ocorrido em Canudos, no final do século XIX. Conflito este, que marcou de maneira única a história do sertão brasileiro.

Referências Bibliográficas:

- COIN, Cristina. **A Guerra de Canudos**. São Paulo: Editora Scipione, 1992.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1979.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. **No Calor da Hora: a guerra de Canudos nos jornais**. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- MARTINS, Paulo Emílio Matos. **A Reinvenção do Sertão: a estratégia organizacional de Canudos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.